



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

O SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO SOCIAL JUNTO ÀS FAMÍLIAS

ROSEMEIRE DOS SANTOS ¹
FÁTIMA RAULINA DE SOUSA CUNHA ²
JURIMAR MENDES LIMA JÚNIOR ²

RESUMO: Este trabalho objetiva se uma reflexão teórica sobre o Serviço Social e trabalho com famílias, considerando a intervenção da profissão nas expressões da “questão social” que afetam as famílias. O trabalho apresenta brevemente o processo de institucionalização do Serviço Social brasileiro, suas influências teóricas e a direção no trabalho social com famílias. Visto que, há projetos profissionais em disputas e não se consolidou o rompimento com o conservadorismo no interior da profissão. Diante disso, a partir de um estudo bibliográfico as reflexões apontam possibilidades do trabalho com famílias, visando acessos à direitos sociais e de cidadania numa perspectiva emancipadora.

Palavras-chave: Família. Serviço Social. Trabalho Social.

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Tocantins

2 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Tocantins

ABSTRACT: This work aims to be a theoretical reflection on Social Work and work with families, considering the intervention of the profession in the expressions of the “social issue” that affect families. The paper briefly presents the process of institutionalization of Brazilian Social Work, its theoretical influences and the direction of social work with families. Since there are professional projects in dispute and the break with conservatism within the profession has not been consolidated. Therefore, from a bibliographic study, the reflections point to possibilities of working with families, aiming at access to social and citizenship rights in an emancipatory perspective.

Keywords: Family. Social Service. Social Work.

I. INTRODUÇÃO

O trabalho que se apresenta se gesta a partir do convite de uma das autoras para um debate com discentes e docentes do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG, com o tema central sobre Serviço Social e Famílias, e com a participação como ouvintes dos demais autores, que são discentes e orientandos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, cujo objeto de pesquisa versam sobre o mesmo tema. Assim a partir do objeto comum de análise e com as referências bibliográficas discutidas na disciplina ministrada pela docente e participação dos discentes.

Nesse sentido, as linhas reflexivas apresentadas trazem a partir de uma revisão bibliográfica um breve resgate sobre o processo de institucionalização da profissão no Brasil, bem como as influências sócio-históricas e teóricas que incidiram no processo de intervenção da profissão nas mais variadas expressões da

'questão social' que atingem diretamente as famílias que vivem do trabalho.

Diante do exposto partilha-se da ideia de que o Serviço Social como profissão presente na divisão social e técnica do trabalho, desde seu processo de institucionalização no Brasil, faz mediações e intervenções junto às famílias, principalmente às famílias trabalhadoras que vendem sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência. Cabe ainda destacar que no período de institucionalização da profissão em Serviço Social houve várias interferências teóricas, religiosas, dentre outras, nas quais vieram a interferir no trabalho social com famílias, e isso apresenta defesas de projetos societários distintos.

Ressalta-se que o desenvolvimento do trabalho social com famílias não é atividade privativa dos assistentes sociais, outras profissões também se utilizam desse instrumental para realizar intervenções, atualmente, apesar dos evidentes avanços na teorização e direcionamento do trabalho social, observa-se ainda práticas conservadoras e funcionalistas na sua materialização, descaracterizando a sua real proposta interventiva de emancipação e protagonismo das famílias.

Nesse sentido, esse trabalho propõe discorrer sobre a profissão de serviço social, as perspectivas teóricas que incidem sobre a intervenção profissional e o trabalho social junto com às famílias no sentido de encontrar caminhos que venham a romper com as práticas conservadoras no interior da profissão e assim buscar assegurar os direitos sociais de forma efetiva para que se possa alcançar a emancipação humana, com isso o trabalho está dividido em I – Introdução, II - processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil III – O trabalho social com famílias e IV – Considerações Finais.

II. O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Em princípio destaca se que nenhum processo sócio-histórico é linear, por isso com a profissão de Serviço Social não seria diferente, e essas linhas reflexivas que aqui se propõe a remontar o processo de institucionalização do serviço social no Brasil, tem como objetivo trazer alguns dos principais fatos históricos da profissão, com uma incidência maior de análise sobre as incidências teóricas e conjunturais a cada época, com vistas a compreender as propostas de intervenção às expressões da 'questão social' bem como o trabalho social com as famílias trabalhadoras.

Assim, destaca se que a gênese do Serviço Social brasileiro se deu por meio do ideário católico, num contexto de expansão e secularização mundial do modo de produção capitalista, lembrando que o Brasil na divisão da produção capitalista tem em sua particularidade em ser um país capitalista e dependente³, assentado em preceitos patriarcais, machistas, racistas e conservadores.

E neste cenário de uma país capitalista periférico, dependente, agrícola, patriarcal, machista e conservador, que emergem expressões da 'questão social', acirradas pela negação da desigualdade social predominante no país alimentado pelo conservadorismo, patriarcado e o racismo, o que significou uma naturalização e moralização da 'questão social', logo, seu tratamento fica a responsabilidade da igreja católica, e a necessidade de mão-de-obra para isso, inicia-se um processo de institucionalização da profissão, com um caráter apostolado, em que, a 'questão social' e todas suas expressões eram entendidas como problema moral e religioso e as intervenções priorizavam a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas. A intervenção do Serviço Social desse modo incidia sobre valores e comportamentos na perspectiva de integração dos indivíduos à sociedade.

É nessa relação com a igreja católica que o Serviço Social vai fundamentar os seus primeiros objetivos políticos/sociais orientando se por pensamentos de cunho humanista/ cristão, contrários aos ideários liberais e marxistas na busca de

3 Fernandes (1987) conceitua o desenvolvimento capitalista como "Revolução Burguesa" significando um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam no ápice da evolução do capitalismo industrial". Nas nações periféricas, o capitalismo desenvolve-se em "condições heterônomas" em relação às classes dominantes, compatíveis com a "dominação imperialista externa" (Tolentino, 2008, p. 224).

recuperação da hegemonia do pensamento social da igreja católica frente às expressões da 'questão social', as bases para a orientação para a ação social doutrinária eram as encíclicas "Rerum Novarum" do Papa Leão XIII de 1891 e a "Quadragesimo Anno" de Pio XI de 1931.

A "Rerum Novarum", que vai iniciar o magistério social da igreja na busca pela restauração de seu papel social na sociedade moderna, nesta perspectiva apresentava aos cristãos orientações que perpassam desde a exploração das formas de trabalho, até uma proposição de "harmonia entre as classes", em que os trabalhadores fossem parceiros de seus padrões, e esses por sua vez, que ajudassem para a melhoria de vida dos trabalhadores, numa concepção do não direito social e sim como uma "ajuda e assistência familiar".

A "Quadragesimo Anno" publicada em comemoração aos 40 anos da "Rerum Novarum" e em pleno auge das consequências da crise de 1929, que vai tratar da questão social, apelando para a renovação moral da sociedade e a adesão à Ação Social da Igreja, ou seja, a igreja assume para si o 'tratamento da questão social', e retira a responsabilidade do estado capitalista e nessa concepção apela se aos cristãos em especial aos católicos, para assumirem à educação cristã aos jovens operários, propondo um trabalho de "ajuda e caridade", cujo o objetivo era atender as famílias da classe trabalhadora.

As orientações papais eram claras no intuito de estabelecer uma Ação Católica cujo objetivo de restabelecer a "ordem" social, coloca a centralidade das ações nas famílias trabalhadoras. Reconhecendo como uma instituição e um núcleo de vivência e apoio, e difusora dos ideais e dos costumes da religião católica. E nesse movimento católico que em 1932 funda se o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo – CEAS, com apoio da escola de Serviço Social da Bruxelas, cujo:

O objetivo central do CEAS será o de "promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento profundo dos problemas sociais", visando "tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais" e "adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social" (IAMAMOTO

e CARVALHO, 2007; p. 169).

Em análises dos relatórios do CEAS, Iamamoto e Carvalho (2007; p. 171) afirmam que ao final do ano de 1932, o Centro fundou 4 centros operários, que ofereciam cursos, orientações e palestras às operárias, o que possibilitou uma aproximação à classe trabalhadora, com vantagens a serem consideradas como:

1º - São campos de observação e de prática para a trabalhadora social, que aí completa e aplica os seus estudos teóricos.

2º - São Centros de Educação familiar, onde se procura estimular nas jovens operárias o amor ao lar e prepara-las para o cumprimento de seus deveres nessa missão.

3º - São núcleos de formação de elites que irão depois agir na massa operária. Com esse intuito não somente cuidamos de estimular nessas jovens a fé viva e esclarecida, o sentimento do exato cumprimento do dever, como também despertamos o espírito de apostolado da classe pela classe, com a noção das responsabilidades que lhes incumbem nesse terreno (IAMAMOTO e CARVALHO, 2007; p. 171).

Durante a criação do CEAS e no desenvolvimento dos cursos, duas de suas sócias saem do Brasil e vão estudar na “École de Service Social” em Bruxelas, voltam em 1935 com o título de assistentes sociais, e começam a articular a criação da Escola de Serviço Social no Brasil, claro que com todo o êxito e apoio da primeira presidente do CEAS, Odila Cintra Ferreira formada pela “Escola Normal Social (Primeira Escola de Serviço Social criada na França, em 1911) na Escola Superior de Estudos Sociais do Instituto Católico de Paris”(YAZBEK, 1980; p. 37).

Com os esforços e articulações das pioneiras formadas na Europa e sob o apoio da Ação Católica funda-se em 1936 a primeira escola de Serviço Social no Brasil, em que a formação das primeiras assistentes sociais sob influências da Igreja Católica e das escolas da Francesa e Belga, objetivou-se a formar moças com uma boa formação moral e social, para desenvolverem o trabalho social e familiar nos centros operários, exigindo das candidatas:

- Ideal de fazer o bem;

- Devotamento e desinteresse pessoal;
- Critério e senso prático de ação (YAZBEK, 1980; p. 38).

As demandas para a profissão, são cada vez mais reconhecidas pelo Estado, o governo presidencial do período (Getúlio Vargas), com o discurso de proteção às famílias, sanciona o decreto lei nº 2024/1940 que dispunha sobre o “Estatuto da Família”, documento elaborado pelo Ministério de Capanema, que combinava duas ideias, consideradas pelo ministério como indissociáveis: *“a necessidade de aumentar a população do país e a de consolidar e proteger a família em sua estrutura tradicional”*⁴.

A concepção moralista da época era de que a “desordem” social possuía a sua origem na família mal organizada. Tal fato, afirmou a partir do momento em que o homem não conseguiu cumprir com a sua função social de “sustentar a sua família”, obrigando a mulher a deixar a organização do lar, para o trabalho externo, deixando o lar desprotegido e vulnerável à desordem familiar.

Diante do cenário apresentado os assistentes sociais passaram a atuar em órgãos governamentais para garantir um serviço de Proteção Familiar com o paradigma da Educação Familiar, prevenindo as possíveis desordens familiares, por conta das disfunções dos papéis familiares. No entanto, o Serviço Social não cumprirá apenas um papel de “curador” dos problemas sociais, e também de “ajustador” das famílias para prevenir a desordem.

O humanismo cristão católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começou a ser tecnificado ao entrar em contato com o Serviço Social norte americano, a partir dos anos 1940, e as suas propostas de trabalho foram permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista.

[...]. A hipótese fundamental da perspectiva positivista é de que a sociedade é

4 Fonte: <http://www.schwartzman.org.br/simon/estatuto.htm>, pesquisado em 30 de agosto de 2022. **A Igreja e o Estado Novo: O Estatuto da Família**; Simon Schwartzman; publicado em *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, vol. 37, Maio, 1980.

regida por leis naturais, invariáveis, independentes da vontade e da ação humana. Seu pressuposto é de que essas leis regulam o funcionamento da vida social, econômica e política. Nesse sentido, os **métodos para conhecer a sociedade são os mesmos utilizados para conhecer a natureza** [...].

O método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos, trabalha, pois com o imediato, o observado. Contesta o teológico e o metafísico. Busca a regularidade e a invariabilidade. Circunscreve os objetivos em uma perspectiva formalista (YAZBEK, 2018; p. 57).

Nessa direção, a profissão é reorientada para atender as novas configurações do desenvolvimento capitalista exigindo-se qualificação e sistematização de seu espaço sócio ocupacional com o objetivo de atender as reivindicações de um Estado que começa a implementar políticas no campo social.

Neste contexto, a legitimação profissional vai colocar o emergente Serviço Social brasileiro frente a matriz positivista, na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos para a profissão. Esse processo reitera o caminho do pensamento conservador para a profissão constituindo o que lamamoto (1992, p. 21) denomina de “arranjo teórico doutrinário”, caracterizado pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico de inspiração na teoria social positivista. É importante aqui destacar que:

Nem o doutrinarismo, nem o conservadorismo constituem teorias sociais. A doutrina caracteriza-se por ser uma visão de mundo abrangente fundada na fé em dogmas. Constitui-se de um conjunto de princípios e crenças que servem como suporte a um sistema religioso, filosófico, político entre outros. O conservadorismo como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contramovimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista. A teoria social por sua vez constitui conjunto explicativo totalizante, ontológico, e, portanto, organicamente vinculado ao pensamento filosófico, acerca do ser social na sociedade burguesa, e a seu processo de constituição e de reprodução. A teoria reproduz conceitualmente o real, é, portanto, construção intelectual que proporciona explicações aproximadas da realidade e, assim sendo, supõe uma forma de autoconstituição, um padrão de elaboração: o método (YAZBEK, 2009, p.5).

O Serviço Social buscou na matriz positivista o primeiro suporte teórico metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização, matriz esta que possui sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social na qual aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de

suas vivências imediatas. Essa perspectiva não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, e é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório.

No início dos anos de 1960 tem início o questionamento acerca desse referencial em um contexto de mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que expressam as novas configurações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial impondo a América Latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado.

Neste momento, a profissão assume as inquietações e insatisfações desse momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional, através de um amplo movimento de revisão geral dos posicionamentos da profissão. Esse movimento de renovação que se processa no interior da profissão no Brasil e na América Latina, e que é apontado por NETTO, 1998 como o movimento de “tentativa de ruptura com o conservadorismo”, e nesse processo não linear e no momento que o Brasil e a América Latina passa por um longo período de ditadura militar, cujo momento histórico coloca a impossibilidade de contestação política, pois várias foram as ameaças, torturas e mortes⁵, priorizando um trabalho profissional tecnocrático-modernizador.

A abordagem tecnicista é pertinente para as sociedades conservadoras, autoritárias e liberais, pois atuam no aperfeiçoamento da ordem social vigente, em que articula o sistema produtivo, com a ideologia conservadora e emprega no objetivo de mudança do comportamento de indivíduos e famílias, para não questionarem a autocracia burguesa imposta, e tão pouco possam propor ou reivindicar mudanças sociais. Todavia, isso não limitou a organização profissional no seu processo de ruptura com o conservadorismo, momento em que a categoria se organizou em encontros debates e congressos o que permitiu a identificação das vertentes que emergiram na profissão no Brasil dos anos de 1960 até os anos de

5 Para uma ilustração sobre esse período histórico e abominável no Brasil indica-se alguns filmes como Marighella, Tropicália, Batismo de Sangue, O que é isso companheiro?, Zuzu Angel, Lamarca, o documentário “O dia que durou 21 anos, entre outros.

1980.

- A vertente modernizadora caracterizada pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e mais tarde sistêmicas (matriz positivista), voltadas a uma modernização conservadora e à melhoria do sistema pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade;
- A vertente inspirada na fenomenologia que emerge como metodologia dialógica, dirige-se aos sujeitos em suas vivências. Esta tendência no Serviço Social brasileiro vai priorizar a concepção de pessoa como singular, no sentido de adequação à sociedade, uma transformação do sujeito e não no âmbito social. É analisada por Netto, (1994, 201.) como uma forma de reatualização do conservadorismo presente no pensamento inicial da profissão;
- A vertente marxista que remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes e que no Brasil vai configurar-se, em um primeiro momento, como uma aproximação ao marxismo sem o recurso ao pensamento de Marx (YAZBEK, 2009, p.8).

A apropriação da vertente marxista no Serviço Social (brasileiro e latino-americano) não se deu sem problemas, foi um marxismo equivocado que recusou a via institucional e as determinações sócio históricas da profissão. Foi com este referencial, precário num primeiro momento, do ponto de vista teórico, mas posicionado do ponto de vista sócio-político, que a profissão questiona sua prática institucional e seus objetivos de adaptação social, ao mesmo tempo em que se aproxima dos movimentos sociais.

Neste sentido, iniciou-se nesse momento a vertente comprometida com a ruptura (NETTO,1994, p.247) com o Serviço Social tradicional. Essas tendências que configuraram para a profissão diferentes linhas de fundamentação teórica-metodológica tenderão a acompanhar a trajetória do pensamento e da ação profissional nos anos subsequentes ao Movimento de Reconceituação e se conservarão presentes até os anos recentes, apesar de seus movimentos e da emergência de novos referenciais.

Cabe ainda destacar que a realidade social é dinâmica e que embora houve um amplo movimento de “tentativa de ruptura com o conservadorismo” no interior da profissão. O serviço social está presente na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista, que na atualidade se soma com as tendencias neoliberais de

mercado e consumo, acentuadas à ascensão do neoconservadorismo⁶ e as vertentes teóricas pós-modernas e funcionalistas em que “[...] **não se propõe a explicar** por que funciona, mas sim, a ajustar tal funcionamento (YAZBEK, 2018; p. 58).” Colocam em risco a direção social da profissão pactuada no início dos anos de 1980 e ainda quando direcionamos a intervenção profissional nas múltiplas expressões da 'questão social' a partir de um trabalho social com centralidade na família, sem a concepção crítica não é possível pensar em trabalhos coletivos, emancipatórios que alicerçam emancipação humana e direito de cidadania.

III.O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS

O trabalho social com famílias tem seu percurso histórico marcado pela divisão social, sexual, racial de classe, sendo sua gênese direcionada para regulação e ajustamento das famílias que não se enquadram no padrão estipulado pela sociedade burguesa. No Brasil, essa perspectiva interventiva tem sua emergência na década de 1920, quando as expressões da questão social começam a se destacar em função da transição do modo de produção agrícola para o industrial, em que o Estado teve como forte aliada a Igreja Católica para o trabalho social com famílias, com intenso caráter moralizante e disciplinador (DAL PRÁ, 2015).

O trabalho social com famílias tem seu início demarcado por situações consideradas problemas para a ordem vigente, os indivíduos que perturbavam e/ou desentoeava da proposta societária da autocracia burguesa, era o público-alvo para a intervenção na perspectiva de correção e adequação aos modelos concebidos como

6 “Neoconservadorismo traz, em seu nome, a informação de que se trata de um movimento ou ideário conservador. Ele é chamado também [...] de nova direita, de modo que pertencer à nova direita política seria um pressuposto” (LACERDA, 2019; p. 23).

corretos e socialmente subjacentes à lógica do capital (TEIXEIRA, 2010).

A análise de Miotto (2010) destaca que para compreender o trabalho social com famílias é necessário situar inicialmente que existem dois direcionamentos de família na política social, o familista e o protetivo. Ao se referir a ideia familista pontua que esta afirma que os indivíduos devem suprir suas necessidades por via do mercado e da família, que o Estado só deve intervir minimamente quando a família for considerada incapaz de cumprir com as obrigações impostas pela lógica do capital. A tendência protetiva contrapõe a familista e considera que para poder consolidar a cidadania e a justiça social a única forma é por meio da proteção social e das garantias dos direitos sociais universais.

O trabalho social com famílias não se constitui como uma técnica profissional recente tão pouco exclusiva de uma única profissão, porém, diante dos avanços das políticas sociais foi se adequando às necessidades de cada período, rompendo com a perspectiva conservadora que buscava o ajustamento das famílias à ordem social. Nesse contexto, o intuito do trabalho com famílias na atualidade permeia a compreensão que é um instrumento que direciona várias profissões nas intervenções necessárias no seu espaço de trabalho, respaldado por um saber científico que permite a participação dos usuários das políticas sociais refletirem coletivamente sobre a realidade que estão inseridos (CARVALHO e TEIXEIRA, 2018).

Ocorre que na contemporaneidade, ainda se perpetua no trabalho social com famílias nuances da prática conservadora embasada em uma instrumentalidade funcionalista, sobretudo, pelas ambiguidades existentes nas próprias direções das políticas sociais, reproduzindo velhas práticas, com a intervenção baseada pelo moralismo, culpabilização, disciplina e responsabilização do indivíduo com o abjurador discurso de protagonismo (HORST e MIOTO, 2017).

No entendimento de Santos (2019), o Trabalho Social com famílias deve superar a redução que se postula em várias frentes tecnicistas, que concebem este

como monitoramento e/ou acompanhamento das famílias, reproduzindo a lógica burguesa de fiscalização e ajustamento à ordem estabelecida. Nesse sentido, é necessário reconhecer o trabalho social como instrumento que assegura cidadania e proteção social e, ainda, que se constitui como elemento necessário para efetivação das seguranças sociais.

Nesse mesmo sentido que Teixeira (2021) reafirma seu posicionamento de (2017), afirmando que ao realizar o trabalho social com famílias deve-se buscar a prevalência dos direitos sociais, ações educativas com visões progressistas, metodologias que viabilizem a participação popular, dentre outras ações que assegurem o princípio da dignidade humana e o reconhecimento do território e as realidades locais vivenciadas pelos usuários das políticas públicas.

Ainda nesse direcionamento, a autora alerta para a necessidade de romper com velhas práticas conservadoras e funcionalistas enraizadas no desenvolvimento do trabalho social com famílias, isso implica romper com a concepção familista, permitindo a construção de uma nova realidade social a partir do reconhecimento e reflexão das famílias sobre suas realidades, apontando as dificuldades encontradas no território, bem como, os meios que permitem a comunidade pensar, decidir e agir para mudança da realidade em que se encontram (TEIXEIRA, 2016).

O Serviço Social ao longo da sua história tem em sua atuação a família como objeto de intervenção, entretanto, apesar do seu aprofundamento teórico-metodológico nas últimas décadas ainda não há um consenso quanto às explicações e formas de atuação junto às mesmas, onde ainda se encontram concepções naturalistas e moralistas devido à presença, ainda hoje, do pensamento conservador que por muito tempo fundamentou a atuação profissional dos assistentes sociais.

Ainda há no Serviço Social um caráter de funcionalidade que permeia a história da profissão, mas há também o desafio colocado à categoria de enfrentamento das mesmas na busca de ações norteadas por perspectivas críticas e

por um trabalho qualificado junto às famílias. Neste sentido, é importante pensar em perspectivas e possibilidades de trabalho junto às famílias, que venha a contribuir com a transformação social dos indivíduos na busca pela emancipação humana.

A conjuntura atual exige densa reflexão teórica e capacidade ético-política que oriente à crítica radical da sociedade capitalista e a apreensão de mediações voltadas às particularidades da profissão, além do entendimento quanto à necessidade histórica de fortalecer as lutas e práticas de resistência que coadunem com a elaboração de um projeto político emancipatório.

Compreendemos aqui a organização política da categoria de assistentes sociais como uma das condições históricas primordiais para viabilizar a capacidade de projetar coletivamente caminhos estratégicos para a profissão e para a sociedade, bem como ferramenta que possibilita a ampliação da politização de diversos segmentos da classe trabalhadora que sentem conviver com as múltiplas formas de exploração e opressão engendradas nesta sociabilidade (RAMOS, 2005, p.22).

Na perspectiva de que o trabalho com famílias seja um instrumento de reconhecimento da cidadania e da proteção social, este pode ser uma forma de materialização do trabalho profissional dos executores das políticas sociais que objetivam a proteção social. Esse trabalho junto às famílias é um dos mais importantes componentes na perspectiva das garantias de proteção social pública e no reconhecimento da cidadania às famílias e seus membros, pois, através desse instrumento é possível identificar, reconhecer as necessidades, inseguranças das famílias e indivíduos no que tange a garantia de direitos sociais individuais e coletivos.

Diante de tal importância, é necessário distinguir o trabalho com famílias de um Acompanhamento Familiar, visto que, o conceito de acompanhamento remete de imediato a intenção de monitorar. Quando as políticas sociais assumem essa proposta de acompanhamento em vez de trabalho social é possível que esteja ocorrendo uma ação de monitoramento das ações familiares o que remete a perspectiva de controle social e de responsabilização das famílias por ações que deveriam ser do Estado. Esse acompanhamento social sob a lógica estatal diante do

contexto capitalista acontece no sentido de camuflar situações de desproteções sociais e de falhas do Estado, cuja tendência é transformar esse acompanhamento em um monitoramento sistemático nas ações com as famílias.

O Trabalho Social com Famílias pressupõe um sentido que supera o monitoramento dos “passos” da família, possibilitando a compreensão mais estreita dos laços familiares, sua dinâmica no desenvolvimento do ciclo vital dos membros da família orientado pelos princípios de direito, cidadania e universalidade (SANTOS, 2019, p.4).

É importante destacar que desenvolver o trabalho com famílias não é exclusividade do Serviço Social, portanto, é necessário que esse trabalho envolva diferentes áreas do saber e profissões, visto que, é de suma importância para a garantia da proteção social, a contribuição das políticas distributivas e de seus trabalhadores o que envolve as concepções de homem, de sociedade e de emancipação humana contidas nas dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, presentes no Trabalho Social com Famílias.

Para tanto, é preciso pensar a partir de uma perspectiva teórico crítica, na possibilidade de educação popular, visto que, essa proposta é uma alternativa pedagógica no trabalho social com famílias, relacionado com as lutas das classes subalternas no intuito de organizá-las para sua conscientização, capacitação e participação social na busca do reconhecimento, da liberdade e da transformação social.

Repensar o trabalho de mobilização e *educação popular* [...] não se confunde com uma inócua ressurreição de um passado perdido. Exige uma releitura crítica da tradição profissional do Serviço Social, reapropriando-se das conquistas e habilitações perdidas no tempo e, ao mesmo tempo, superando-as, de modo a adequar a condução do trabalho profissional aos novos desafios do presente (IAMAMOTO, 2002; p. 33).

Neste sentido, é necessário que os profissionais redefinam suas práticas através da metodologia da educação popular, utilizando as questões cotidianas colocadas pelos usuários, de maneira reflexiva para fortalecer seu saber popular,

além de estimular sua organização e conscientização, numa tentativa de resistência ao processo hegemônico das classes dominantes.

As ações educativas têm se colocado como um campo fértil para o debate interdisciplinar, particularmente no campo da educação popular, que está cada vez mais sendo entendida também como ações que se desenvolvem no interior dos serviços, na busca da qualidade do atendimento e na defesa de direitos. A educação popular tem muito a contribuir, visto que todas as pessoas têm saberes importantes para transformar uma realidade social, porém, o que se percebe é que esses saberes em geral, são desqualificados e desprezados pela sociedade capitalista.

Nesta direção, é apontada a necessidade do/a assistente social estimular a participação das forças populares na produção de conhecimento sobre sua realidade, "[...] visando o fortalecimento dos processos de organização e conscientização dessas forças no enfrentamento e superação do sistema de dominação" (ABREU, 2002:158).

Dessa maneira, a prática de trabalhos educativos dos profissionais de Serviço Social junto às famílias tem que se constituir constantemente em objeto de reflexão, visto que, é preciso desmistificar as estratégias colocadas pelo neoliberalismo para a sua legitimação e avançar nos direitos que realmente levam a emancipação humana.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar essas considerações é importante destacar que o Trabalho Social com famílias sempre foi uma prática interventiva às mais variadas expressões da 'questão social', objeto de trabalho do/a assistentes social, assim como de outras profissões que atuam nas políticas de proteção social. Nesse sentido que cabe

destacar a necessidade de leitura crítica e a desnaturalização do que é viver em família, para pensar modos de trabalho social com famílias sem retomar ações tecnicistas e funcionalistas.

Por isso que as linhas reflexivas foram expostas nesse trabalho, não pretende nem de longe esgotar o assunto, principalmente no que tange a relação com o Serviço Social brasileiro em um momento acirrado de disputa dos projetos societários, assim como dos projetos profissionais. Nesse sentido que compreender o processo histórico da profissão e suas intervenções junto às famílias em cada período histórico a partir das perspectivas teóricas que subsidiava é de grande importância, até mesmo para não cair em equívocos já experienciados pela profissão, a exemplo ser meros executores das políticas sociais no exercício da “ação e repressão” reforçando a manutenção do ‘status quo’ burguês.

Vive se no Brasil desde 2016 com o golpe parlamentar da presidenta Dilma Rousseff, uma ascensão do neoconservadorismo, que alguns pesquisadores, a exemplo Lacerda 2019 chamam de ‘nova direita’, “[...] é aquela em torno da família tradicional, do anticomunismo e do militarismo, e de valores de mercado [...]” (LACERDA, 2019; p. 17-18), se consolidam em cima dos valores morais e cristãos que o conservadorismo brasileiro tem como balizar a fixa “[...] ideia de que a família – e não o Estado – é a resposta para toda ordem de disfunções sociais” (LACERDA, 2019; p. 18). Isso significa ainda afirmar que o exercício estatal da proteção social, é um gasto e não a defesa da vida das famílias que vivem do trabalho, e mais ainda que o trabalho social com famílias deve se basear nos preceitos meritocráticos e do mercado.

Nesse sentido que a discussão não se esgota e ainda chama atenção que a ruptura com o conservadorismo não ocorreu nem no interior da profissão e nesse sentido é possível identificar trabalho com famílias ainda com práticas arraigadas no conservadorismo e funcionalismo com a culpabilização da família sobre a realidade social que estão inseridos, sendo necessário romper com essa dinâmica familista e construir coletivamente ações na perspectiva protetiva para e com as famílias que se

encontram expostas às expressões da 'questão social'.

Nesse sentido, ao conceber o trabalho social com famílias a partir da perspectiva protetiva e reconhecer como instrumento de acesso a proteção social e a cidadania, pois, através desse instrumento é possível identificar, reconhecer as necessidades, inseguranças das famílias e indivíduos no que tange a garantia de direitos sociais individuais e coletivos.

Assim, entende-se necessário que o trabalho social seja realizado para além das ações somente com as famílias, mas que viabilize outras articulações e dimensões que favoreçam a articulação da classe trabalhadora, bem como, possa contribuir com políticas sociais com caráter universal rompendo com o caráter fragmentado e focalista.

Diante desse contexto, o Serviço Social com o amadurecimento técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político é uma das profissões privilegiadas para romper com essa perspectiva familista e contribuir para a construção de uma nova realidade social a partir do reconhecimento e reflexão das famílias sobre suas realidades, porém o que se observa ainda são trabalhos sociais com famílias perpassados por práticas que exercem atividade fiscalizadora e doutrinadora das famílias pobres.

Nesse cenário, é importante reafirmar a necessidade de desenvolver práticas profissionais baseadas nas metodologias da educação popular, permitindo que os usuários a partir das situações vivenciadas no cotidiano possam ser estimulados a se organizarem para resistir ao projeto hegemônico burguês.

Por fim, é imperioso reconhecer que a educação popular tem muito a contribuir com o trabalho social com famílias, visto que todas as pessoas têm saberes importantes para transformar uma realidade social, ocorre que em sua grande maioria são desqualificados e desprezados pela sociedade capitalista, sendo necessário a apropriação dessa metodologia pelos assistentes sociais para uma

intervenção que esteja em acordo com o Projeto Ético Político do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, P. O. C.; TEIXEIRA, S. M. O trabalho social com famílias na Proteção Social Básica da assistência social. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, n. 42, v. 16, 2018.

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da Cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. Fundamentos ético-políticos e rumos teórico metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, 2016.

HORST, C. H. M. MIOTO, R. C. T. Serviço Social e o trabalho com famílias: renovação ou conservadorismo? **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 15, 2017.

IAMAMOTO, M. V. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. *Ensaios críticos*. São Paulo, Cortez. Ed. 1992.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. *Atribuições privativas do(a) assistente social em questão*. Brasília, 2002.

LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro**. Porto Alegre? Ed. ZOUK, 2019.

MIOTO, R. C. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, LONDRINA, V. 12, N.2, P. 163-170 176, JAN./JUN. 2010.

MIOTO, R. C. T. Considerações sobre o trabalho social com famílias: proposta para discussão. MDS: Brasília, 2014.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1994.

DAL PRÁ, K. R. FAMÍLIA, POLÍTICA SOCIAL E TRABALHO SOCIAL. **4 ° SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**. Conselho Regional de Serviço Social. Belo Horizonte-MG, 2015.

RAMOS, S. R. **A mediação da organização política na (re) construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social**. Tese de Doutorado. Recife, PE: 2005.

SANTOS, R. Trabalho Social com Famílias: intenções e perspectivas do trabalho social face à proteção social. **Rev. Emancipação, Ponta Grossa**, v. 19 (1), p. 1-12, e10467, 2019.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TEIXEIRA, S. M. Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 13, n. 1, p. 4-23, 2010.

_____. TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE. **X Jornada Internacional de Políticas Públicas- Trabalho Alienado, Destruição da Natureza e Crise de Hegemonia: Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie, Ambiente Virtual**, 2021.

_____. A Família na Política de Assistência Social: concepções e as tendências do trabalho social com famílias nos CRAS de Teresina-PI. Teresina: EDUFPI, 2016.

TOLENTINO, M. A. As Reformas no Brasil: Do Capitalismo Dependente à “Nova Dependência” do Capital Globalizado. In: **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, v. 5, ano 2, p. 222-241, 2008.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **Serviço Social, Direitos Sociais e Competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. A Escola de Serviço Social no período de 1936 a 1945. In: **Cadernos PUC n ° 6**. São Paulo: EDUC/CORTEZ, dez. 1980.

_____. Fundamentos Históricos e Teóricos-Metodológicos e as Tendências Contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Y.; LEWGOY, A. M. B.; MOLJO, C. B.; SERPA, M. e SILVA, J. F. S. **Serviço Social e seus Fundamentos: Conhecimento e Crítica**. São Paulo: Papel Social, 2018.

,